

PEDAGOGO NO PEDIASUIT® NA APAE DE ARIQUEMES - RONDÔNIA

Carina Marques de Oliveira¹

RESUMO

O trabalho do pedagogo junto à pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla dentro do PediaSuit®, que é um protocolo de terapia intensiva recente é direcionado a estímulos sensoriais, com base nas atividades de vida diária e prática do aluno/paciente. O convite para execução do trabalho pedagógico junto ao PediaSuit® foi feito pela Fisioterapeuta responsável pelo protocolo. A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e múltipla, suas habilidades e competências dentro do PediaSuit®, na APAE de Ariquemes – Rondônia. O método utilizado no estudo foi o etnográfico, baseado na observação qualitativa e quantitativa com ênfase no raciocínio dedutivo da experiência humana. Os resultados evidenciaram que há necessidade de conhecimento prévio entre aluno e professor para que ele responda positivamente às atividades pedagógicas propostas, enquanto que para a família, houve adversidade no quesito entendimento ao protocolo sobre a realidade deste processo, ora lento, ora imediato, pois os resultados existem e percebeu-se que o vínculo afetivo entre os envolvidos se faz necessário para que compreendam de fato o processo.

Palavras-chave: PediaSuit®, Pedagogo, Competência e Habilidade.

ABSTRACT

The work of the pedagogue with the person with Intellectual and Multiple Disabilities within the PediaSuit®, which is a recent intensive therapy protocol, is directed to sensorial stimuli, based on the activities of daily life and practice of the student/patient. The invitation to carry out the pedagogical work with PediaSuit® was made by the physiotherapist responsible for the protocol. This research had the general objective of analyzing the teaching-learning process of students with intellectual and multiple disabilities, their skills and competences within the PediaSuit®, at APAE in Ariquemes – Rondônia. The method used in the study was ethnographic, based on qualitative and quantitative observation with emphasis on deductive reasoning of human experience. The results showed that there is a need for prior knowledge between student and teacher so that he responds positively to the proposed pedagogical activities, while for the family, there was adversity in terms of understanding the protocol about the reality of this process, sometimes slow, sometimes immediate, because the results exist and it was noticed that the affective bond between those involved is necessary for them to really understand the process.

Keywords: PediaSuit®, Pedagogue, Competence and Ability.

INTRODUÇÃO

PediaSuit® é um protocolo de terapia intensiva, podendo ser multidisciplinar que acontece no período de quatro semanas por quatro horas (dia), cinco dias da semana. O trabalho pedagógico realizado junto ao aluno acontece por duas horas (dia), duas vezes na semana, sendo

¹ Graduada em Pedagogia - FIAR - Faculdades Integradas de Ariquemes - RO, (2003). Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais na cidade de Ariquemes - RO.

cada atendimento, dois alunos por dia, no período vespertino na sala do *PediaSuit*® (*SUITHERAPY HISTORY* Protocolo *PediaSuit*® 2007).

Trabalho pedagógico direcionado ao processo ensino-aprendizagem do aluno, conforme suas competências e habilidades, observando que cada atendimento tem sua individualidade e peculiaridade em resposta à competência do aluno, buscando o melhor para o público-alvo: aluno/paciente e sua família.

Desse modo, essa pesquisa propõe fazer análise do processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e múltipla, suas habilidades e competências dentro do *PediaSuit*®, na APAE de Ariquemes – Rondônia. Além de analisar e conhecer os alunos, suas competências e habilidades em relação ao processo ensino-aprendizagem enquanto estão em atividade fisioterápica no *PediaSuit*®, que associado ao método etnográfico com observação qualitativa e quantitativa, finalmente trata em seu último tópico, da unidade de análise, da apresentação das atividades pedagógicas realizadas no *PediaSuit*® e suas conclusões acerca de cada aluno em cada módulo realizado, apresentando peculiaridades únicas de cada aluno atendido, bem como as sugestões às diferentes situações escolares que foram surgindo junto à família.

OBJETIVOS

Libâneo (2006, p. 150), preconiza que método de ensino é um meio para alcançar objetivos gerais e específicos, ou seja, as ações a serem realizadas pelo professor e alunos para atingir objetivos dos conteúdos.

Objetivo Geral

Analisar o processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e múltipla, suas habilidades e competências dentro do *PediaSuit*®, na APAE de Ariquemes – Rondônia.

Objetivos Específicos

Conhecer os alunos, suas competências e habilidades em relação ao processo ensino-aprendizagem enquanto estão em atividade fisioterápica no *PediaSuit*®.

Identificar o perfil individual do aluno, suas competências e habilidades e sua relação com a fisioterapeuta e com a pedagoga no processo ensino-aprendizagem.

Analisar o desenvolvimento do aluno no processo ensino-aprendizagem pedagógico realizado junto à fisioterapia.

Avaliar as estratégias e os materiais educativos utilizados na estimulação cognitiva, física e motora no desenvolvimento de conteúdos, competências e habilidades sobre o estudo aplicado no processo ensino-aprendizagem.

Conhecer os resultados da aprendizagem individual referido ao desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual e múltipla que participam do *PediaSuit*®.

METODOLOGIA

Na função desta delimitação temática, a presente pesquisa trata do trabalho Pedagógico realizado dentro do *PediaSuit*® na APAE de Ariquemes – Rondônia, sendo o método empregado Etnográfico, cuja ênfase deve ser o processo e não simplesmente o resultado.

Por método etnográfico entende-se uma atividade de pesquisa no terreno, por prolonga-

dos períodos de tempo, com contato direto com o objeto de estudo, seguido pela sistematização em formato de texto da experiência (FABIETTI, REMOTTI, 1997).

Mas além da longa estada no terreno, a pesquisa etnográfica não é o espaço empírico no qual aplica ou avalia uma teoria antropológica. Trata-se de uma atividade durante a qual vai sendo construído o saber teórico conjuntamente à coleta dos dados (PIZZA, 2005).

Assim, não é somente um método de pesquisa, mas um processo conduzido com uma sensibilidade reflexiva, tomando em conta a própria experiência no campo junto às pessoas com as quais o antropólogo trabalha (GEERTZ, 1989).

De acordo com Malinowski (1986), a observação participante ocupa um lugar central em seu método de investigação e ele sugere alguns princípios e métodos que o etnógrafo deve adotar para levar a cabo a tarefa: conviver intimamente com os nativos; reunir informações diversificadas sobre um mesmo fato; reunir um grande número de dados sobre fatos diferentes e sistematizá-los em quadros sinópticos a fim de torná-los compreensíveis para todos.

O conceito moderno de etnografia é constantemente reputado aos antropólogos Franz Boas e Bronisław Malinowski – apesar da quase ausência de referências com relação ao primeiro nos estudos mais afastados da Antropologia tradicional, recaindo, tradicionalmente, sobre o segundo a “paternidade” da Etnografia.

Castro (2004) cita Franz Boas que traçou os primeiros passos da Etnografia, demonstrando a real necessidade da presença física do pesquisador em campo e da sua total imersão na cultura estudada, sem que exista, entre ele e o objeto de estudo, qualquer intermediário que possa distorcer o entendimento sobre o grupo social em análise.

Para Cardoso de Oliveira (2000, p.24), isto faz com que os “horizontes semânticos em confronto - o do pesquisador e o do nativo - abram-se um ao outro, de maneira a transformar tal confronto em um verdadeiro ‘encontro etnográfico’”. Para esse autor, o trabalho do antropólogo consiste em olhar, ouvir e escrever.

Este último aspecto não pode ser subtraído ou negligenciado pelo pesquisador, desde que:

Ao tentar penetrar em formas de vida que lhe são estranhas, a vivência que delas passa a ter cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência - só assegurada pela observação participante “estando lá” - passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina (CARDOSO OLIVEIRA, 2000, p. 34).

Como ressalta Clifford (2002, p.21), “a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência na forma de texto”.

Para Geertz (1989), o texto terá grande importância, pois é na forma de texto que ocorre a interpretação, que pode ser múltipla, pois é inerente ao texto ser passível de diferentes interpretações, quão diferentes sejam seus leitores e pontos de vista, visões e concepções de mundo.

Na sequência será apresentada a conceituação da Etnografia permitindo observações da pedagoga no *PediaSuit*® com uma produção científica que serve de comunicação entre os fatos sociais estudados e a ciência tradicional, fornecendo com isso, uma possibilidade de levantamento de hipóteses a serem aprofundadas posteriormente.

A metodologia utilizada é a pesquisa etnográfica que tem bases antropológicas ou etnográficas, baseia-se na observação e levantamento de hipóteses, onde o etnólogo procura descrever o que, na sua visão, ou seja, na sua interpretação, está ocorrendo no contexto pesquisado. Uma das características da Etnografia é a presença física do pesquisador e a observação *in loco*.

Sendo a base de uma pesquisa o trabalho de campo com observação qualitativa, que estuda os sujeitos pesquisados (grupo de pessoas), indivíduos unidos entre si por laços comuns de ordem rática, histórica, cultural, via relatórios de uma análise interpretativa da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno,

a pesquisa qualitativa procura entender os significados, as experiências e, muitas vezes, é flexível, dinâmica (os métodos e os aspectos relacionados ao desenho do estudo podem, em parte, modificar-se na medida em que novas informações são recolhidas).

Tais referências, de acordo com Spratt, Walker e Robison (2004, p. 6) para combinar:

Método qualitativo e quantitativo parece uma boa ideia. Utilizar múltiplas abordagens pode contribuir mutuamente para as potencialidades de cada uma delas, além de suprir as deficiências de cada uma. Isto proporcionaria também resposta mais abrangentes às questões de pesquisa, indo além das limitações de uma única abordagem.

Também a análise e interpretação dos dados mudam com o tempo na medida em que o pesquisador acrescenta novos elementos e conhece melhor o contexto estudado, fato comum em estudos etnográficos (ROSALDO, 1993).

A observação quantitativa via amostragem de pesquisa (centrada na objetividade do protocolo) que tende a enfatizar o raciocínio dedutivo da experiência humana, como potencializar o método a cada atendimento subsequente, se faz presente a soluções que facilitem a atuação do docente, promovendo a interação entre o aluno/paciente, fisioterapeuta e pedagoga.

LOCAL PESQUISADO

O nome Ariquemes é uma homenagem à tribo indígena Arikeme, habitante original dessa região. Os índios desta tribo falavam o Txapakura, dentro do grupo linguístico tupi. A tribo foi extinta, mas gravou seu nome na história de Ariquemes. Por volta de 1794, o Vale do Jamari, onde surgiu o Núcleo que deu origem ao município de Ariquemes, era conhecido pela abundância de suas especiarias nativas, destacando o cacau e o látex da seringueira. A região habitada por extrativistas e índios possuía vários seringais, principalmente o Seringal Papagaios.

Em 13 de setembro de 1943, o Presidente Getúlio Vargas, por meio do Decreto Lei nº 5912, cria o Território Federal do Guaporé, e a região passou a fazer parte do município de Porto Velho como Distrito de Ariquemes. Houve um fluxo migratório de nordestinos que se transformaram em seringueiros, formando um exército de “Soldados da Borracha”. Terminado o conflito mundial, diminuiu o interesse pela borracha Amazônica. Em 1958, com a descoberta da cassiterita, minério de estanho, novos contingentes migratórios ocorreram de diversos pontos do país. Os garimpeiros se estabeleceram em volta do campo de pouso de aeronaves que escoavam a produção do minério, centralizaram suas moradias e os estabelecimentos comerciais.

Em fevereiro de 1960, o então Presidente Juscelino Kubstchek de Oliveira, determinou ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, a abertura e construção da estrada que acabou se tornando o leito da BR 364. No dia 15 de abril de 1970, o Ministério das Minas e Energia, por meio de portaria, proibiu a lavra manual de garimpagem da cassiterita sob o argumento de ser predatória, determinando que a exploração das jazidas minerais fosse mecanizada através de empresas. A partir daí, Ariquemes passou a ser apenas ponto de parada ao longo da BR 364.

Em 1972, começaram os estudos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização (INCRA) nas áreas desapropriadas, que resultaram nos projetos de assentamento “Burareiro” e “Marechal Dutra”. A partir de 1975, esses projetos entram em fase de implantação. O crescimento populacional é sentido e envolve a ação conjunta do INCRA, Governo do Território e Prefeitura Municipal de Porto Velho na criação de um planejamento urbano, com vista, a ocupação racional e planejada da área. O Prefeito de Porto Velho determinou a transferência da sede do Distrito, localizada às margens do rio Jamari, onde atualmente se localiza o bairro Marechal Rondon, para outra localidade próxima a BR 364, onde foi instalada a cidade planejada dividida em setores: Institucional, Industrial, Comercial e Residencial.

No dia 11 de fevereiro de 1976, a primeira árvore foi derrubada surgindo a Nova Ari-

quem. A vila passou a ser chamada de Vila Velha. Houve tentativa de erradicação do vilarejo inicial, visto ser ele cortado ao centro pela BR 364, que lhe servia de eixo. Apesar das tentativas, o povo ali residiu e ocupou, em grande parte, a área atualmente incluída no plano urbano que representa uma referência histórica do município. Ainda hoje, pode se encontrar alguns pioneiros da imigração nordestina e seus descendentes do segundo ciclo da borracha, ruínas da instalação do posto telegráfico, o mastro, além de alguns móveis, constituindo-se em memória viva daquela época.

SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla, devidamente matriculados na APAE de Ariquemes – Rondônia. O crivo de avaliação ao inserir paciente no *PediaSuit*® passa pela Fisioterapeuta responsável pelo método, através de reunião com a família, onde exames lhes são solicitados e o preenchimento da ficha do paciente é realizado.

Na função desta delimitação temática, o trabalho pedagógico realizado fica subsequente ao contato inicial entre a Fisioterapeuta e a Família do paciente, que após assinarem termos de assentimento e estabelecerem entendimento do período e revisão de exames realizados e possível continuidade do método, dá-se início.

Institucional da APAE de Ariquemes - Rondônia

Fundada no dia 23 de abril do ano de 1983, pela Senhora Ilda da Conceição Salvático, a APAE de Ariquemes foi pioneira no processo de inclusão neste Município dedicando-se a prevenção e promoção da cidadania das pessoas com deficiências intelectual e múltipla e trabalhando na defesa de seus direitos. A APAE de Ariquemes atende os Municípios de Ariquemes, Cujubim, Monte Negro, Rio Crespo, Cacaúlândia e Alto Paraíso. Oferta atendimento de segunda a sexta, em regime de turno matutino e vespertino, oferecendo quatro refeições, sendo: café da manhã, almoço, lanche da tarde e janta. Fazendo ainda o transporte dos alunos do Município de Ariquemes de casa para a APAE e da APAE para as suas casas.

Desde 2010, a APAE é mantenedora da Escola Especial Ilma Nunes de Freitas, nome este em homenagem à primeira aluna da instituição já falecida, que tem o objetivo de inserir os educandos no contexto escolar e profissional. Com ênfase no ensino da educação de jovens e adultos de forma substitutiva e profissional, atendendo atualmente 260 (duzentos e sessenta) pessoas com deficiência, entre elas: deficiência intelectual e múltipla, deficiência mental, deficiência física, paralisia cerebral, síndromes e transtornos do espectro autista. Atualmente a estrutura da APAE de Ariquemes é composta por Diretoria Executiva, Conselho fiscal: consultivo e de administração, tudo de forma voluntária e ainda, autodefensores, equipe técnica e coordenações de área de atendimento.

Na área da saúde, oferece serviços de Enfermaria, Psicologia, Fonoaudiologia e Fisioterapia, incluindo Hidroterapia e *PediaSuit*®, prestando serviço de habilitação e reabilitação ao seu público. No campo da Assistência Social são prestados serviços de apoio às pessoas com deficiências e suas famílias na busca e defesa dos direitos e benefícios constitucionais promovendo sua integração à vida comunitária e qualidade de vida.

No âmbito da Educação é oferecido atendimento na estimulação precoce, pré-escola, escolarização inicial, escolarização complementar, educação de jovem e adulto (EJA) na modalidade substitutiva, programa pedagógico especial (AEE), oficina pedagógica, oficina da cozinha pedagógica, oficina de jardinagem: horta e vasos, oficina de artesanato, oficina de artes: dança e teatro, oficina de música, educação física: jogos desportivos e educativos, promovendo a in-

clusão por meio do esporte e natação, laboratório de informática e oficina de preparação para o mercado de trabalho.

ESTUDOS DA POLÍTICA INTERNACIONAL E NACIONAL

Os organismos internacionais são entidades criadas pelas principais nações do mundo com o objetivo de trabalhar em comum para o pleno desenvolvimento das diferentes áreas da atividade humana: política, econômica, saúde, segurança, entre outros. Atuam segundo quatro orientações estratégicas: Adotar normas comuns de comportamento político, social, entre os países-membros; Prever, planejar e concretizar ações em casos de urgência (solução de crises de âmbito nacional ou internacional, originadas de conflitos diversos, catástrofes); Realizar pesquisa conjunta em áreas específicas; Prestar serviços de cooperação econômica, cultural e médica.

Pode-se citar que, as mais relevantes organizações internacionais são a ONU (Organização das Nações Unidas), a UNESCO (Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura), a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e a OMS (Organização Mundial da Saúde). Outra organização importante é a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), criada pela ONU, em 1946, voltada ao atendimento das necessidades básicas de crianças e adolescentes no mundo.

Em 1990, houve a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, Tailândia, destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos e, assegurar o direito à educação de qualidade para todos. No ano de 1993, houve a Declaração de Santiago que apontou necessidade de revisar, tanto no discurso quanto na prática, os conceitos de aprendizagem e necessidades educativas especiais (BIANCA FERREIRA).

Devido à inquietação que a exclusão de portadores de deficiência causava nos países da Europa, em 1994, representantes de 92 países, incluindo o Brasil e 25 organizações internacionais, realizaram a Conferência Mundial de Educação. O encontro foi patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, e pelo governo espanhol e ficou conhecido na história da educação como Declaração de Salamanca. O objetivo da mesma é ressaltar que a educação regular, com orientação para a educação inclusiva, é o meio mais eficaz no combate à discriminação. O documento reitera que “(...) as escolas devem acolher a todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras...”(BRASIL, 1997, p. 17).

O comprometimento dos Estados signatários em assegurar que a educação de pessoas com deficiência, crianças, jovens ou adultos seja parte integrante do sistema educacional, também é objetivo da Declaração. Para tanto, foi adotado o princípio de Educação Inclusiva, segundo o qual as escolas devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, culturais e sua integração de grupos desvantajosos ou marginalizados. As escolas devem buscar formas de educar crianças por meio do desenvolvimento de uma pedagogia centrada na individualidade da criança com o fim de modificar atitudes discriminatórias e desenvolver uma sociedade inclusiva.

A Declaração trouxe orientações para a ação em nível nacional e internacional com políticas e organizações para os Estados, formação das escolas e treinamento de educadores, introdução da Língua de Sinais no ensino dos surdos, o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar inclusive as crianças com deficiências graves, a criação de procedimentos mais flexíveis de gestão escolar, diversificação de opções educacionais e estabelecimento de relações com os pais e comunidade (NAKAYAMA, 2007).

No ano de 1996, Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência foram aprovadas pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU. Em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) vieram nortear e orientar os pro-

fissionais de educação quanto à relação professor e aluno no desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem eficaz e significativo. No ano de 1999, tem a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência realizada na Guatemala. Em 2002, a integração da Secretaria de Educação Especial à Rede Nacional de Formadores, da Secretaria de Educação Fundamental.

O Brasil, com a assinatura do Decreto Legislativo nº 6.969, de 25 de agosto de 2009, tornou-se signatário da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A referida norma aprovada, conforme o procedimento do §3º do artigo 5º da Constituição Federal/88 passou a ter o status de Emenda Constitucional (BRASIL, 2009).

Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade da pessoa humana, que se encontra expresso no inciso I do art. 1º da CF88. Por sua vez, conforme art. 3º, a construção de uma sociedade livre, justa, igualitária e a redução das desigualdades sociais, são alguns dos objetivos fundamentais do nosso país. Vale ressaltar que no âmbito das relações internacionais, conforme o art. 4º, o Brasil rege-se pela prevalência dos direitos humanos.

Assim, considerando que a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência equivale à CF88, deve-se assegurar a adoção de medidas necessárias às crianças com deficiência o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidade com as demais, nos termos do artigo 7 da referida Convenção. À luz desse preceito legal, a Resolução nº 5/2009 do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, adotando os pressupostos da educação inclusiva.

Reafirmando a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os chefes de Estado e de Governo e altos representantes reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York em setembro de 2015, estabeleceram a Agenda 2030 da ONU. Os Objetivos e metas estimularão a ação nos próximos 15 anos incluindo as pessoas, o planeta e a prosperidade. Dentre os 17 Objetivos e 169 metas, cita-se o Objetivo 4, que visa **Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos** – na primeira infância, no primário e nos ensinos secundário, superior, técnico e profissional (UNIC Rio, 2015).

Todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, migrantes, povos indígenas, crianças, jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso à oportunidades de aprendizagem que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades de participar plenamente da sociedade, onde os mesmos possam atuar junto aos países, na promoção da saúde física, mental e o bem-estar, aumentando a expectativa de vida e qualidade para todos, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil 1988.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146, de 06 de julho de 2015, assegura e promove o direito das pessoas com deficiências visando à inclusão social, cidadania, valores e dignidade humana. E quanto à autonomia, a lei estabelece que a deficiência não afeta a capacidade civil da pessoa, inclusive quanto ao aspecto sexual em seu artigo 6º da referida lei. Assim como na lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, estas leis e decretos brasileiros nos torna um dos países de base legal e sólida para atender às pessoas com deficiência para uma cidadania plena.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece princípios e fins para a educação nacional, o “preparo para o exercício cidadania e qualificação para o trabalho” (art. 2º). Reafirma valores constitucionais de igualdade, destaca a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Garantindo a oferta do atendimento educacional especializado, educação especial de qualidade e igualdade nas condições para o acesso e permanência na escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu artigo 3º, reafirma que “a criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais

inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades físicas, mentais, morais, espirituais e sociais, em condições de liberdade e de dignidade”. Contudo, é preciso que escola, comunidade e a própria sociedade tenham objetivos voltados para a garantia desse direito. De acordo com o ECA (1990, p. 5) em seu artigo 4º dispõe que:

É dever da família, da comunidade da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A Educação Especial no Brasil teve como ícone a psicóloga pedagoga Helena Antipoff. Suas ideias culminaram com a fundação da Sociedade Pestalozzi, em Belo Horizonte/MG, no ano de 1930. A partir desse fato, outras iniciativas começaram a despontar, também na sociedade civil - associações, sociedades e institutos - com o objetivo de atender às demandas, essencialmente de escolaridade, das pessoas com deficiência.

Ainda hoje, pesquisadores apontam a negligência dos governantes do país com os serviços essenciais, como educação à população. “Onde o ensino deve ter características próprias e especializadas em todo o tempo de permanência dos sujeitos na escola” (FENAPAE, 2011, p. 24), o exercício desse direito pelas escolas das APAEs implica no dever de reconhecer os fundamentos, a saber: Dignidade da Pessoa com Deficiência; Reconhecimento de sua integralidade onde a convivência social valoriza a justiça, qualidade, solidariedade e a cultura da paz, onde o lema da autonomia e independência serão valores expressos dos direitos das pessoas com deficiência: “NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”.

Conforme Maria Eloísa D’Antino (1988, p. 36), referendada por Berger, “as instituições têm sempre uma história da qual são produtos, sendo impossível compreender uma instituição, sem entender o processo histórico no qual ela é produzida”. Corroborando com a assertiva acima, justifica-se a necessidade de resgatar a história do Movimento Apaeano. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – é fruto de um movimento pioneiro no Brasil para prestar assistência médico-terapêutica às pessoas com deficiência intelectual. Esse movimento surgiu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954. Beatrice e George Bemis, diplomatas representantes dos Estados Unidos, ao chegarem ao Brasil, naquele ano, não encontraram nenhuma entidade de acolhimento para o filho com Síndrome de Down.

Conforme Vêras (2000), o fato supracitado motivou o casal a lutar por um organismo que contemplasse o atendimento às pessoas com deficiência intelectual. Aliaram-se aos diplomatas, pais, amigos e médicos das pessoas com deficiência e, com eles, nasceu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE - em março de 1955, em uma reunião na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil, para a escolha do seu Conselho Deliberativo. A APAE, contando com o apoio e o espaço cedido pela Sociedade Pestalozzi, deu início aos seus trabalhos pedagógicos; conseguiu formar duas turmas com 20 crianças com deficiência, nesse mesmo ano de 1955.

Os contextos sociopolítico, econômico e cultural no qual a APAE foi fundada categorizavam as pessoas com deficiência múltipla e intelectual como diferentes dos demais, provocando dificuldades na aprendizagem. Por conseguinte, as instituições de ensino público e privado excluíam essas pessoas dos processos de ensino e aprendizagem que ofereciam à população escolar (CARVALHO; CARVALHO; COSTA, 2011); logo, o movimento apaeano se ampliou para outras capitais e cidades do interior dos estados.

Entre os anos de 1954 a 1962, surgiram dezesseis APAEs em todo o Brasil. Diante do crescimento do movimento apaeano, se fez necessário a criação de um organismo nacional para articular suas ideias. No dia 10 de novembro de 1962, foi fundada a Federação Nacional

das APAEs - FENAPAE, em São Paulo, no consultório do médico Stanislaw Krinski, onde funcionou por vários anos. Nessa reunião de fundação se fizeram presentes doze representantes de outras APAEs do país, famílias e profissionais da área de educação e saúde. O grupo de fundação contemplou a participação das famílias no movimento como prioridade, destacando a necessidade de se conhecer as histórias de vida de seus grupos especiais.

A FENAPAE, junto às APAEs, é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada, que congrega as federações estaduais e entidades análogas a ela filiadas. Em 1964, ganhou sede própria do Governo Federal, no Rio de Janeiro e, atualmente, suas instalações estão localizadas no Distrito Federal, em Brasília.

A FENAPAE vem gerenciando “um movimento associativo entre famílias, escolas, organizações de saúde e sociedade, para promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla na perspectiva de sua inclusão social”. Hoje, o movimento apaeano está estruturado em quatro níveis hierárquicos administrativos:

- Federação Nacional das APAEs responsável por proporcionar atenção integral às pessoas com deficiência, provocando articulações, interligação entre saberes, recursos, programas e ações.
- Federações das APAEs nos estados (atualmente conta com 24 estados e Distrito Federal), responsáveis, diretrizes, e estratégias do Movimento apaeano e, pela articulação política, defesa de direito e ações, em âmbito estadual.
- Conselhos Regionais das APAEs, com a função de organizar as APAEs nas microrregiões, orientando e sendo o contato direto entre a base e a Federação das APAEs no estado.
- APAEs nos municípios, são as prestadoras de serviço e atendimentos diretos ao seu público especial.

Com essa forma de organização e sua gerência junto à sociedade civil e aos organismos políticos, o movimento apaeano é reconhecido como principal movimento nacional na busca da promoção e defesa dos direitos à cidadania da pessoa com deficiência. No decorrer dessas décadas de história, o movimento apaeano sempre esteve e está em constante reflexão sobre as suas implicações, o seu papel na construção e reconstrução da história da sociedade contemporânea com a participação dos sujeitos implicados e comprometidos com o seu fazer.

A Política de Atenção Integral e Integrada da Federação Nacional das APAEs - FENAPAE (2000), para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, está pautada em valores éticos e humanos, oferecendo as diretrizes e bases para o desenvolvimento dos trabalhos de suas afiliadas, em todo o país. Destacam-se as ações dos serviços sociais, saúde, educação, educação física, arte e educação profissional. Ressalte-se que as famílias das pessoas com deficiência também estão envolvidas nas ações recebendo orientações e apoio dos profissionais das APAEs, na condução da educação e vida de seus dependentes, assistidos pela instituição.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de dois mil municípios, em todo o território nacional. A organização acumulou resultados expressivos que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesse esforço destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento.

Hoje, no Brasil, essa mobilização social presta serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessita, constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que conta com cerca de 250 mil pessoas com

estes tipos de deficiência, amparadas também pelos **Decretos Federais**:

Decreto nº 6.949 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Decreto Nº 6.214/07 - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência.

Decreto nº 914/93 - Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Decreto nº 3.076/99 - Fica criado, no âmbito do Ministério da Justiça, como órgão superior de deliberação coletiva, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência-CONADE.

Decreto nº 3.956/01 – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

A Federação Nacional das APAEs, com a finalidade de implementar o Projeto “Capacita Apae Brasil”, esteve presente na cidade de Ji-Paraná, de 27 a 29 de outubro, do corrente ano, na região norte, trabalhando com as unidades Apaeanas do Estado de Rondônia. O Projeto é focado no assessoramento, defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência de acordo com as competências da Fenapaes.

A Diretoria Executiva e coordenadorias técnicas da FENAPAES se dirigem aos Estados, promovendo um grande encontro das unidades coordenadoras e executoras da Rede APAE, compreendendo a Federação do Estado, Conselhos Regionais e as APAEs. Nos diferentes momentos do evento, estiveram presentes autodefensores estaduais, gestores, coordenadoria pedagógica, profissionais das áreas de assistência social, da saúde e da área do trabalho.

Fundamentado nos princípios das convenções dos direitos das pessoas com deficiência, observando os valores implícitos nos direitos humanos e liberdades fundamentais a FEAPAES reafirmou o comprometimento com a finalidade e igualdade de direitos pressupondo o tratamento diferente de oportunidade e Inclusão Social; Respeito pela dignidade inerente à Pessoa Humana e a sua independência, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas com autonomia individual; Plena e efetiva participação na sociedade; Respeito pelas capacidades em desenvolvimento de crianças com deficiência e respeito pelo direito de preservar sua identidade.

O reconhecimento desses aspectos que estão presentes no processo de aprendizagem, nos tempos e estilos peculiares de cada estudante, considerados como sujeito ativo e criativo, é o centro do processo educativo nas discussões. Divulgar os trabalhos realizados através dos profissionais de ponta se faz necessário para a atuação de estudo que foram produzidos mediante oficinas na área pedagógica, saúde, trabalho, assistências social e gestão.

Toda capacitação é relevante ao processo ensino aprendizagem, abarcando contudo, melhor confiabilidade e direcionamento de cada instituição existente com base em seus documentos norteadores e políticas assistenciais de qualidade que promovem um espaço de fortalecimento e reconhecimento do papel desempenhado pelas famílias dos usuários da APAE, através do diálogo e da troca de experiências, construindo juntos, estratégias de incentivo à independência e à autonomia da pessoa com deficiência, investindo na interação familiar.

CONTEÚDOS, RECURSOS E HABILIDADES DESENVOLVIDAS

Em busca de obter coerência entre o planejamento (Quadro 1) e o resultado, a unidade de análise e observação estará didaticamente apresentada através dos módulos em que a Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla participou, sendo estes descritos pela pesquisadora com

base na pesquisa de campo em ordem alfabética, detalhada a análise discriminando potencialidades percebidas entre um módulo e outro.

Quadro 1 Demonstrativo dos conteúdos, recursos utilizados e habilidades direcionados às atividades de vida diária e prática

CONTEÚDOS E RECURSOS UTILIZADOS	HABILIDADES DESENVOLVIDAS
<p>-Percepção tátil: textura com bexigas de feijão, trigo, água e farinha de tapioca; Macarrão, bolinha em gel, Bombril, bola de gude, algodão; Tinta guache; Massinha.</p> <p>-Estimulação sensorial: com luzes coloridas no escuro, toque, palmas, cheiro; Bola de gude na bolinha de gel; Brinquedo visual e auditivo; Escovação, alimentação; apreensão de objetos, cores, quantidades; Bacia de água com brinquedos; filme no notebook; Auxílio no desfralde; Colheita, higienização e degustação de alimentos e frutas; caixa sensorial: entrar e sair (circuito), com objetos variados.</p> <p>-Percepção visual: claro, escuro, pontos no papel, massinha e Óculos 3D.</p> <p>-Coordenação e motricidade (grossa/fina), atividades de: lateralidade, rolar, lançar, arrastar, engatinhar, quadrupedar, sentar, levantar e transportar; agachar; equilíbrio; manuseio: Livro Pop Up, lápis de cor, Hashi, pregador, quebra-cabeça de madeira, vareta, palito de picolé, moeda, bolinha de crepom, anéis, massinha; uso de moto infantil, lanterna, brilho, algodão, bolinha de lã, tinta guache, pincel, desenho livre, colocar e tirar bola de gude usando a colher na cartela de ovos, Recurso didático <i>PlayMais</i>®.</p> <p>-Lazer: Balanço, brinquedo giratório; Filmes educativos; Histórias infantis; <i>Slime</i>; Circuito nos brinquedos. <i>Skate</i> (deitado); livro de criatividade (moda); leitura de texto com gravação e áudios (blogueira); Pintura com pincel e mão (livre); hora do lanche; festas (datas comemorativas); Uso da imaginação (maquiagem, massagem, manicure).</p> <p>-Concentração e cognição: atividades com leitura; Produção de Livros sobre os temas: Páscoa; Dia do Índio; 7 de setembro; Recurso de associação de número, cores, desenhos, sombra de animais; Números no cone (com variação de três números);</p>	<p>-Estimular o aluno a pensar, raciocinar, criar e relacionar ideias, através do conhecimento da natureza das coisas e da necessidade da conservação e preparação de qualquer atividade a ser realizada e sua conclusão.</p> <p>-Participar das experiências cotidianas, como higiene pessoal, lavar as mãos e rosto, abrir a torneira, pegar e passar sabonete nas mãos, fechar a torneira, enxugar mãos e rosto, pendurar a toalha e recolocá-la no lugar, escovar os dentes (utilizar o espelho), enxaguar a boca, lavar a escova e guardar, pentear-se.</p> <p>-Identificar lado, frente e atrás, tirar e colocar o sapato, meias e roupas.</p> <p>-Usar a fala (comunicação), aprimorar o uso de gestos e sinais, atender às pessoas, receber e executar instruções/recados.</p> <p>-Aguçar sentidos através da música.</p> <p>-Propiciar a escuta de textos diversos, incentivando a interpretação.</p> <p>-Trabalhar a autoestima.</p> <p>-Motivar no convívio escolar e familiar o respeito ao próximo.</p> <p>-Valorizar a experiência acumulada pelo aluno em ser gentil com as pessoas.</p> <p>-Preparar o aluno para reconhecer e identificar responsabilidade com seus compromissos, assim como conservar a limpeza do ambiente escolar e familiar.</p> <p>-Conduzir o aluno de acordo com a necessidade, preservando sua autonomia, respeitando sua limitação.</p> <p>-Aproveitar o horário da alimentação para</p>

Fonte: Dados da pesquisadora-2019

ANÁLISE DA PESQUISA

A análise na pesquisa de campo através do trabalho realizado com o aluno dentro do *PediaSuit*®, na APAE de Ariquemes – Rondônia, permite ao leitor perceber que todo ganho, seja pequeno ou grande é relevante. Trata-se do universo das potencialidades que cada aluno carrega em si, onde a individualidade e a peculiaridade são trabalhadas de forma única, obtendo resultados diversos, mesmo que a patologia seja igual a de outrem. A discussão de resultados, de forma qualitativa e quantitativa permite a elaboração interpretativa da Pedagogia no processo ensino-aprendizagem da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Os resultados obtidos serão apresentados e discutidos no sentido de responder aos problemas e a articulação da pedagogia com as estratégias cotidianas previamente discutidas com a responsável na aplicação do método *PediaSuit*® na APAE de Ariquemes-RO.

Em todo módulo existiu o Dia da Amizade que acontecia no primeiro contato com o aluno/paciente, objetivando avaliar pedagogicamente, possíveis atividades a serem trabalhadas com ele. Segue abaixo quatro relatos dos quinze atendimentos realizados, com dois atualizados em ano decorrente.

A.F.L.F. (CID10 - PARALISIA CEREBRAL, G – 80), com idade de 03 para 04 anos, participou de três módulos nos anos de 2018 e 2019. No primeiro módulo, ao ser trabalhada a estimulação sensorial (figura 1), o aluno apresentou nojo na textura do trigo, provocando ânsia de vômito; no caso da estimulação auditiva, o mesmo só aceitava a escuta de Rock, sugerido pela mãe, demonstrando preferência pelo grupo musical, *Hed Hot Chili Peppers*. Com a interrupção do som, ele chorava. Apresentava indisposição, chegando a dormir em alguns atendimentos. No segundo módulo, houve melhora significativa na hipersensibilidade, no uso de alguns recursos materiais como bexiga, toque e cheiro. O repertório de músicas foi mudado e houve aceitação pelo aluno. No terceiro módulo observou-se maior disposição do aluno bem como menor hipersensibilidade aos estímulos sensoriais propostos. O uso de música foi reduzido e ainda assim, sem que houvesse reclamação por parte do aluno. Em 2022, o aluno com 07 anos de idade, e, fazendo uso das atividades ora trabalhadas em módulos anteriores por conta da reavaliação do aluno em continuidade ao atendimento como uma equipe multidisciplinar seguiu-se os trabalhos. Nas oportunidades necessárias realiza-se *feedback* com a mãe. Em virtude das ânsias de vômito, rejeições e agonias, via resposta aos estímulos oferecidos, o aluno se adaptava em um lapso temporal curto, e, no conforto e aceitação o objetivo era alcançado. Respeita-se sempre a produção individual do aluno e sua limitação ao transferir de forma digna os estímulos sensoriais motores, auditivos, táteis, entre outros, sendo estes, constantemente renovados com recursos similares para chamar a atenção do aluno. As habilidades são trabalhadas conforme idade e maturidade cronológica dele. Quando há necessidade de o atendimento ser em horário diverso, o mesmo acontece de igual forma, com muito respeito e atenção devida, até porque o fator principal hoje é humanizar todo o trabalho que continua sendo sério em prol da evolução do aluno. Em depoimento da mãe, ela sempre agradece o amor e dedicação ao seu filho, demonstra-se feliz com as evoluções, deixando evidente que o controle de tronco e o sentar do filho, ora desacreditado pelo médico, a emotiva sem conseguir mensurar tamanha felicidade e gratidão.

Figura 1 Estimulação sensorial



Fonte: Dados da pesquisadora-2019



Fonte: Dados da pesquisadora-2022

D.L.B.D. (CID10 - Q – 90 - SÍNDROME DE DOWN), de 03 anos de idade, o trabalho pedagógico realizou-se a partir do segundo módulo, no ano de 2018, devido a solicitação da mãe por sentir a ausência do contato da criança com a escola formal, procurando desta forma, colocar o filho mais próximo do mundo da alfabetização. Foram trabalhadas as datas comemorativas referentes ao Dia da Árvore (figura 2) e ao dia nacional do trânsito. Atividades de coordenação motora grossa e fina com o uso de tinta guache, pincel, escovação, entra e sai da caixa sensorial (circuito), arco e argola. A lateralidade com a moto infantil, o tapete de pés, o arco na mão, com contagem trabalhando quantidade e cores. Filmes e histórias educativas. Foi inserida a alimentação independente, observando sua autonomia e disposição para a atividade proposta, onde em *feedback* com a mãe, ela demonstrou surpresa e felicidade, pois ele não se alimentava sozinho, não aceitava a escova de dente e nem pedalava a motoca em casa. Em suma, tudo que lhe foi proposto, obtivemos êxito.

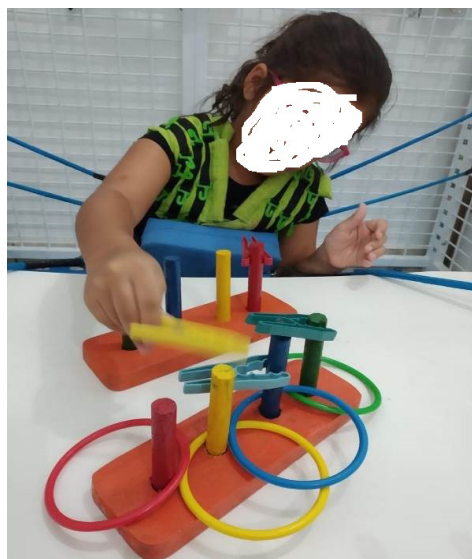
Figura 2 Painel Dia da Árvore



Fonte: Dados da pesquisadora-2019

E.C.S.S. (CID10 - ATAXIA, G – 80 - PARALISIA CEREBRAL), 09 anos de idade, participou de três módulos entre os anos de 2018 e 2019. O primeiro módulo foi dedicado ao fortalecimento dos músculos através de atividades pedagógicas diversas. A aluna apresentava resistência às atividades. Para trabalhar a demanda da patologia da aluna, a Terapeuta Ocupacional, R.B., residente na cidade de Rio Branco-AC, que fez parte da equipe APAEANA em Ariquemes-RO por curto período, manteve a colaboração mesmo a distância, e, por conhecer o caso, sugeriu o uso de uma colher adaptada feita de chumbinho, que foi usada na alimentação da aluna/paciente no controle do peso das mãos, estimulando o fortalecimento dos músculos. A autonomia requerida também à mãe da aluna foi uma motivação sugerida em continuidade da atividade em casa, assim como os momentos da escovação, já que o trabalho é relevante às AVD's e AVP's, em nome de a aluna ganhar de fato sua autonomia em sua rotina de vida diária e prática. O comportamento repetitivo na fala onde se percebeu como respostas “papagaio”, desconectada da pergunta, também foi trabalhado. No segundo módulo, obteve-se ganho da potencialidade na melhora da pega e apreensão de objetos (figura 3). A repetição de respostas antes observada como “papagaio”, assim reproduzindo coerência nos questionamentos durante o diálogo. A parte do cognitivo apresentou-se comprometido na alfabetização, e em resposta às ansiedades escolares que a mãe relatou, lhe foi solicitada uma avaliação Neurológica, relacionada à aprendizagem e em continuação ao processo ensino-aprendizagem voltada para a alfabetização buscando coerência de respostas ao estímulo cognitivo em prol de sua qualidade de vida diária, mediante o planejamento, o compromisso para o módulo seguinte, ficou combinado o aguardo da avaliação médica. No terceiro módulo, notou-se a evolução da coordenação motora fina da aluna/paciente. A mãe ao ser questionada sobre a independência e autonomia admitiu que na correria, voltou a dar comida na boca e a escovar os dentes da filha, ou seja, houve regressão. Em uma conversa bastante séria, ela aceitou a falha e o retorno sobre o estímulo que deveriam ser contínuos. Em resposta à avaliação neurológica sobre a parte da alfabetização foi que esta, acontecerá no tempo dela, e não houve graduação de laudo sobre a deficiência intelectual, assim, o compromisso ora estabelecido sobre as ansias escolares da mãe sobre a filha/aluna conseguir escrever, foi acordado entre as partes que as atividades seriam trabalhadas conforme a sua idade escolar. Observou-se que ela reconheceu cores e demonstrou boa vontade neste módulo em realizá-lo com maior atenção e a repetição relatada não ocorreu. Com 12 anos de idade no ano de 2022 e, em conformidade as atividades ora trabalhadas em módulos anteriores e por conta da reavaliação da aluna em continuidade ao atendimento como uma equipe multidisciplinar seguimos os trabalhos aqui em especial, como manutenção, que realizamos com a aluna 01 (uma) vez na semana, pelo período de 04 (quatro semanas). A aluna apresentou-se resistente e bem apática às propostas de atividades, demonstrando regressão significativa na alfabetização, ora relatado em módulo anterior. Nas oportunidades necessárias realizamos *feedback* com a mãe para conversar e refletir onde podia-se melhorar as falhas, acertar e/ou corrigir para que se alcançasse o objetivo de maneira qualitativa e equitativa. A equipe percebeu regressão aos estímulos ora trabalhados com a aluna/paciente terem influência direta na relação da separação dos pais. Nos altos e baixos, e, através das trocas de experiências junto à mãe via WhatsApp, todo o estímulo que buscou-se adequar, conseguiu-se transferir de forma digna, realizado o papel que é ensinar, através dos estímulos sensoriais motores, auditivos, táteis, entre outros, sendo constantemente renovados para chamar a atenção da aluna, que respondia melhor à atividade proposta quando havia o uso do celular, com vídeos infantis, concentrando-se e realizando positivamente. As habilidades são trabalhadas conforme idade e maturidade cronológica dela. Como exigiu o momento, sempre respeitamos a produção individual da aluna e sua limitação.

Figura 3 Motricidade fina com associação de cores



Fonte: Dados da pesquisadora-2019



Fonte: Dados da pesquisadora-2022

Y.G. (CID10 - HIDROCEFALIA, G - 91), realizou 03 módulos, com a idade entre 06 e 07 anos nos anos de 2018 e 2019. O primeiro módulo foi trabalhado a visão no claro, no escuro, pontos distantes e perto, pois ela chegou com diagnóstico de cegueira. Aos estímulos propostos observou-se que ela não apresentava o quadro de cegueira. Solicitou-se que a mãe realizasse novo exame, em oftalmologista diverso, que afirmou que não existia cegueira na aluna e sim falta do uso dos óculos de grau. Constatou-se com o uso dos óculos de grau, melhora nas atividades que foram realizadas. Trabalhou-se alimentação e escovação com ela, a inclusão da aluna sentada sozinha em cadeira de madeira à mesa, observando postura e equilíbrio, que em seguida foi sugerido à professora de sala de aula na APAE dar continuidade na hora das refeições, assim como a troca de alimentos molhados por secos e a independência da aluna em se alimentar sozinha. O segundo módulo, a aluna chegava cabisbaixa nos dias de atendimento da pedagoga. Observou-se que o comportamento da mesma era relevante à cobrança de sua mãe. Notou-se que esta cobrança era derivada do *feedback* dado à mãe pela pedagoga e pela fisioterapeuta, pois elas ficaram preocupadas com tal comportamento da aluna, que ficava notoriamente triste quando sua mãe a pressionava antes de entrar na sala, atrapalhando o processo de atividades realizadas. Foi usado o recurso do óculo 3D e a aluna não reagiu bem ao recurso, chorando. Neste módulo, o desfralde da aluna ocorreu junto à pedagoga e fisioterapeuta a pedido da mãe. Todas as frutas lhe foram ofertadas, desde a colheita e higienização, nenhuma delas a aluna experimentou. A mãe recebeu como ofensa o questionamento sobre a alimentação da aluna, a saber, o que ela gostava de comer, pois havia a hora do lanche nos atendimentos e nenhuma fruta a mesma aceitou provar. Afirmou-se na atitude da mãe repressora, a dificuldade ora encontrada no processo ensino-aprendizagem ofertado dentro do *PediaSuit*®. Compreendeu-se ao final deste que, mudar a estratégia de repasse fosse um estímulo positivo em módulo subsequente. O terceiro módulo, não houve *feedback* para a mãe e assim o módulo foi intenso e cheio de novidades boas como, o êxito do início ao fim com a aluna motivada. Foram realizadas atividades pedagógicas correspondentes a idade escolar da mesma, trabalhando números, alfabeto, produção de livro de datas comemorativas, coordenação motora grossa e fina, com o uso do pincel e dedo na tinta guache (figura 4). A irmã de 05 anos de idade participou em uma

das atividades. A alimentação surpreendeu, a aluna lanchou todos os dias. Este módulo foi encerrado com reunião pedagógica, em devolutiva para a mãe que solicitou à fisioterapeuta, antes do início deste, chorando desesperadamente por ter havido intercorrência na escola regular, sendo cobrada em excesso sobre o ensino-aprendizado de sua filha, que ora interagira ora estava cabisbaixa, demonstrando depressão. Em seguida ao relato da mãe à fisioterapeuta, a pedagoga solicitou ajuda às coordenadoras da APAE que fizessem contato com a Escola Regular, para compreender o que houve e como se poderia ajudar a aluna nos dois ambientes escolares, que atenderam prontamente. Esteve presente nesta reunião, a Psicóloga voluntária AMFP, que no processo deste módulo, atendeu solicitação da demanda junto à mãe que estava grávida e apreensiva; coordenadoras que fizeram a visita na escola; a orientadora junto à pedagoga e a fisioterapeuta do método. Toda conversa fez com que a mãe desarmasse e entendesse que a ansiedade e o medo que ela sentia em ser permissiva com a filha, “a faria crescer frágil, e só por que ela tem deficiências, ela não alisava mesmo”, palavra usada pela mãe era algo recebido de maneira opressora pela filha, cobrança esta excessiva, seguiu a psicóloga na fala que os filhos reagem diferentes uns dos outros, ora produtivos ou improdutivos, ora acuados ou desinibidos, enfim, revelou-se importante e significativa a criação de vínculos afetivos entre as partes nesse processo de ensino-aprendizagem, para que a aluna não saísse prejudicada ao menor ganho que fosse em aprendizado nos ambientes escolares que frequenta.

Figura 4 Produções diversas: trabalho cognitivo, motricidade fina e data comemorativa



Fonte: Dados da pesquisadora-2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da investigação, analisou-se as atuais políticas educacionais da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e a atuação das APAEs. Assim, pode-se perceber que no decorrer dos anos a sociedade civil e as organizações governamentais e não governamentais buscaram os direitos das pessoas com deficiência, destacando-se nesse movimento pioneiro, as APAEs que, historicamente, sempre preocuparam-se com a escolarização dessas pessoas.

É notável como a instalação das unidades das APAEs, no território brasileiro, tem contribuído para a inclusão social e educacional, além de ter desafiado as políticas públicas educacionais a legitimarem os direitos das pessoas com deficiência. Movimento que associado

à promulgação da Constituição/88 e LDBEN/96 contribui para garantir o direito à educação para todos e o atendimento educacional especializado para os que dele necessitam.

Nesta teia, percebe-se que as APAEs são fundamentais na formação e escolarização dos sujeitos portadores de deficiência, afinal estas entidades promovem a articulação de ações que garantem defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, vinculando a qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária; logo, as pessoas com deficiência se sentem valorizadas e acolhidas o que facilita para a incorporação de bons hábitos no seu cotidiano.

A inclusão social e escolar perante os resultados desse estudo foi de grande valia, pelo ganho de funcionalidade de cada aluno/paciente atendido pelo protocolo no que tange também à sua potencialidade cognitiva de maneira pedagógica. O respeito à diversidade, à oportunidade à inclusão podem fazer deste, um mundo mais justo e melhor, se observada com afinco e determinação a evolução do aluno no que diz respeito às atividades de vida diária e às atividades de vida prática.

Na luz das considerações finais há relevante pertinência em sugerir a continuidade do trabalho pedagógico realizado no *PediaSuit*® e a participação de profissionais da educação no curso, pois atualmente, são restritos à profissionais na área da saúde. Percebe-se a necessidade de não esgotar as questões relativas a educação inclusiva e social, tendo em vista, que o tema é palco de mudanças no processo de ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A mudança notável em termos de avanços da aprendizagem dos alunos em conteúdos e habilidades desenvolvidas, trás satisfação perceptível por parte dos pais com as ações e comportamentos dos sujeitos envolvidos em sua vida diária e prática. Neste diapasão, houve dois casos que obtiveram alta do protocolo, as altas realizadas são de responsabilidade da Fisioterapeuta, por atingirem os objetivos adequadamente relativos ao *PediaSuit*®.

Contudo, não significando não ter havido intempéries com alunos/pacientes extremamente resistentes na realização do protocolo. Houve mudança de horário e de profissional da pedagogia, na busca de soluções, sem êxito, recebendo alta do protocolo por não responder aos objetivos propostos. Desse modo, sugere-se como futuras investigações, pesquisa e estudo comparativo entre práticas docentes e qualidade de aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual e múltipla no *PediaSuit*®.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR NA, FERREIRA MA, GRAUP S, DANTAS EHM. **Perfil do nível de atividade física e autonomia funcional de idosos.** Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 21-28, jan./abr. 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em 12/10/2019.
- BRASIL, LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. BRASIL.
- BRASIL, Ministério de Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial.** MEC, SEESP, 2001.
- BRASIL. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. In: **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Tradução de E.A. Cunha, 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília, DF: MEC, SEESP, 2001.
- BRASIL. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília, DF: MEC, SEESP, 2005.

Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>>. Acesso em: 02/10/2019.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 01/10/2019

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial: livro 1** Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Procedimentos de elaboração do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: INEP, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 66 de 13 de junho de 2010. Brasília: 2010.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 12 de 17 de out.** de 1978. Altera a Constituição Federal. Brasília: 1978.

BRASÍLIA, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais. MEC, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15, 2000.

CARVALHO, E. N. S de; CARVALHO, R. E.; COSTA, S. M. **Política de atenção integral e integrada para as pessoas com deficiência intelectual e múltiplas**. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2011.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA editora, 2002.

CASTRO, Org. Celso. Cita Franz Boas. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 109 p.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CONHEÇA A HISTÓRIA DO PROTOCOLO PEDIASUIT. <http://www.crefito2.gov.br/noticias/noticias/conheca-a-historia-do-protocolo-pediasuit-1662.html>. Acesso em: 10/10/2020.

D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. **A máscara e o rosto da instituição especializada: marcas que o passado abriga e o presente esconde**. São Paulo: Memnon, 1988. 146 p.

FABIETTI, U.; REMOTTI, F. **Dizionario di antropologia**, você etnografia. Bologna: Zanichelli, 1997.

FEDERAL, Ministério Público. **O Acesso de Alunos com Deficiência nas Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs.). 2ª ed. rev. e atualiza. - Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

FENAPAES. **Projeto Águia**. Brasília: FENAPAE, 2000.

FERREIRA, Bianca. **Representações de pedagogos docentes na educação especial sobre a política de educação inclusiva: Um estudo de caso na APAE de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul**. UFMS.

FINGER, J. A. **Terapia ocupacional**. São Paulo: Sarvier, 1986.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. _____. From the native's point of view: on the nature of anthropological understanding. In: _____. Local knowledge: further essays in interpretive anthropology. London: Harper Collins United Kingdom, 1993. P.55-70. _____. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989. <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015.

LBI. 13.146/15. Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LIBÂNEO, José Carlos – **Democratização da escola pública** – a pedagogia crítico-social dos conteúdos, 2006, 21ª edição.

MANTOAN, M.; T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis / RJ: Vozes, 2008.

MEC, SEESP. **Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental, necessidades especiais em sala de aula**. Trad. Ana Maria Isabel Lopes da Silva. Série Atualidades Pedagógicas, n.2. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

NAKAYAMA, A. M. **Educação inclusiva: princípios e representação**. 2007. 364 f. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OLIVA, Afonso Carlos de. **O USO DA ETNOGRAFIA COMO FERRAMENTA PARA A PESQUISA CIENTÍFICA NO DIREITO: UMA POSSIBILIDADE PARA O FUTURO DA PRODUÇÃO JURÍDICO-CIENTÍFICA BRASILEIRA**. Disponível em: http://app.fanese.edu.br/rd_direito/wp-content/uploads/2014/10/13-ETNOGRAFIA-VERSA_O-FINAL-003-09-09-2014.pdf. Acesso em: 25/10/2019.

PIZZA; BRONISLAY, Malinowski; BOAS, Franz, ROSALDO. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v12n25/a11v1225.pdf> . Acesso em: 02/11/2019.

PREFEITURA municipal de Ariquemes. **Inclusão na escola**. Disponível em: 20/10/2019.

REVISTA MENSAGEM DA APAE. **Federação Mensagens da APAE**, novembro, 2018, ano 51 -01.

ROSA, Mireli Carolini Freitas. **REVISTA MENSAGEM DA APAE – Federação Nacional das APAES (APAE BRASIL)**. Nov. de 2018 – ano 51 – n. 01.

SALVÁTICO, Waneska. **Institucional da APAE de Ariquemes – Rondônia**. (Vídeo-2019).

SUITHERAPY HISTORY Protocolo PediaSuit® (2007). **CONHEÇA A HISTÓRIA DO PROTOCOLO PEDIASUIT**. <http://www.crefito2.gov.br/noticias/noticias/conheca-a-historia-do-protocolo-pediasuit-1662.html>. Acesso em: 10/10/2019.

TUDO SOBRE ARIQUEMES - **Estado de Rondônia**. Disponível em: <https://www.cidadesdo-meubrasil.com.br/ro/ariquemes>. Acesso em: 20/10/2019.

UNESCO. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Senado Federal, 2001. 106 Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 1, p. 93-106, Jan.- Mar., 2013

VÉRAS, Vera Lúcia de Araújo. **APAE inclusão/Transformação: Uma análise do desenvolvimento histórico e pedagógico do movimento apaeano de Caicó (RN)**. Caicó: UFRN, 2000. (Monografia de especialização).